

# Presidente da Argentina anuncia projeto de lei para legalizar aborto

*Alberto Fernández fará proposta ao Congresso argentino em dez dias. Em junho de 2018, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto que acabou sendo rejeitado no Senado.*

[\(G1, 01/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, anunciou neste domingo (1) que enviará ao Congresso um novo projeto para legalizar o aborto, iniciativa que, em 2018, foi rejeitada pelo Senado durante o governo de Mauricio Macri.

“Dentro de dez dias, apresentarei um projeto para a interrupção legal da gravidez”, disse ele perante a assembleia de deputados e senadores, na inauguração do ano legislativo, uma medida que recebeu aplausos efusivos no recinto, além de uma ovação de milhares de manifestantes em frente ao Congresso.

***Leia também:*** [Marchas pró-aborto mobilizam milhares de mulheres na Argentina](#)

Os aliados do presidente são maioria absoluta no Senado e a primeira força na câmara baixa. Fernández, um peronista de centro-esquerda, disse que “o aborto acontece, é um fato”, ao qual as mulheres recorrem “em absoluto sigilo”.

O chefe de Estado afirmou que foi demonstrado que “a lei que rege desde 1921 (que permite o aborto em casos de estupro ou perigo de saúde para as mulheres) não é eficaz”. E apontou que, segundo seu projeto, o aborto será autorizado “no momento inicial” da gravidez, sem especificar esse período.

*“A decisão individual da mulher de dispor livremente de seu corpo deve ser*

*respeitada”, disse Alberto Fernández.*

## **Histórico**

Em junho de 2018, a [Câmara dos Deputados aprovou um projeto](#) para a legalização do aborto até a 14ª semana de gestação, [mas depois o texto foi rejeitado no Senado](#).

Centenas de milhares de pessoas se mobilizaram nos últimos anos em favor do projeto, mas também houveram muitas marchas organizadas por diferentes setores religiosos contra o texto.

Na Argentina, cerca de 400.000 abortos clandestinos são realizados todos os anos, de acordo com organizações de direitos das mulheres.

*Por France Presse*